

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020- 2022

*“Defensoria aproximando
o cidadão da justiça”*

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ



CORPO GESTOR - QUADRIÊNIO 2020-2022

João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Mônica Palheta Furtado Belém

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

César Augusto Assad

CORREGEDOR-GERAL

Luciana Santos Filizzola Bringel

DIRETORA METROPOLITANA

David Oliveira Pereira Da Silva

DIRETOR DO INTERIOR

Rodrigo Ayan da Silva

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR

Lauro José Nascimento Spinelli

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

ELABORAÇÃO

Carolina Lobo

Coordenadora de comunicação

Lucas Dias

Designer gráfico

Kamila Murakami

Estagiária de jornalismo

Andrey Gomes

Estagiário de diagramação e design

Natália Ramôa

Assessora de comunicação

Gabriela Gutierrez

Estagiária de jornalismo

Sumário

Mais de 1 milhão de atendimentos em 2021	06
Carreta de Direitos	06
Concurso público para a carreira de defensor público	08
Processo seletivo para servidores	09
Mutirão “Meu Pai tem Nome”	09
Ação Cidadã Defensoria Fazendo a Diferença - Arena Mangueirinho	10
5 mil atendimentos marcam evento de recondução da equipe de gestão	10
Comissões	11
Comissão folha de pagamento autônoma	11
Comissão de aposentadoria	11
Honorários de sucumbência	11
Conselho Superior da Defensoria Pública do Pará	12
Promoções na carreira	12
Modernização	13
Diretoria Metropolitana	13
Casamento comunitário	13
Conexão Defensoria	14
Implantação do Núcleo de Defesa da Moradia	14
Inaugurações	15
Estudo para implementação das cumulações	16
Processos de remoção	16
Nomeação de assessores jurídicos	17
Defensoria Pública de defesa da mulher em Ananindeua	17
Grupo de trabalho de regulamentação do atendimento remoto	18
Visita à Defensoria Pública de São Paulo	18
Curso de integração das equipes	18
Convênio CRC JUD	18
Mutirões de Conciliação	19
Núcleo de Enfrentamento à Violência de Gênero	20
Grupo de reflexão	20
Programa Reincidência Zero	21
Centro educativo Eles por Elas	22
Defenda-me	23
Cartilhas Educativas	24
Diretoria do Interior	25
Visitas institucionais nas sedes da Defensoria do Interior	25
Cidadania no Cárcere	26
Canal de atendimento da diretoria do interior	27
Núcleo de Atendimento Especializado à Criança e ao Adolescente (NAECA)	28
Projeto “Eu Me Importo”	28
Maio Laranja	29
Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH)	30
Defensoria lança protocolo de atuação e atendimento LGBTQIA+	30
DPE leva garantia de direitos aos indígenas da etnia Tembé	31
Defensoria oferece serviços gratuitos à população idosa por meio do NDDH	32
Defensoria Pública do Pará promove ação de cidadania junto à Missão Belém	33
Escola Superior da Defensoria Pública	34
Ministros do STF participam de evento histórico da Defensoria Pública do Pará	34
Qualificação do Corpo Funcional em tempos de COVID-19	36
ESDPA em números	36
Inclusão	37
Curso de Formação Continuada a Carreira de Defensor Público	38
Projeto “Conhecendo o Assistido”	38
Balcão de Direitos	39
Balcão de Direitos em Casa	40
Expedição Oeste I e II	41
Expedição Araguaia	42
DPE na mídia	43

Mensagem do **Defensor Público-Geral**



João Paulo Carneiro
Gonçalves Léo

Prezados defensores(as), servidores(as) e estagiários(as),

Em 2021 completamos um ano de gestão. Mesmo com todos os impactos resultantes da pandemia da COVID-19, tivemos a desafiadora missão de nos reinventarmos para seguir prestando um excelente atendimento aos assistidos da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Hoje colhemos os frutos deste árduo trabalho, atingindo um milhão de atendimentos durante esse período, provando que nossa instituição nunca parou, mesmo com todas as adversidades dos tempos atuais. O programa Balcão de Direitos segue ultrapassando barreiras ao levar cidadania por todo o Pará, e atinge a marca histórica de 285 mil atendimentos, o segundo maior quantitativo desde 2012. A meta para 2022 é que 300 mil pessoas sejam atendidas pelo programa, de forma que se torne a maior ação de cidadania do estado.

Entre tantas ações que os senhores e as senhoras perceberão ao longo desse relatório, destaco que reforçamos e ampliamos o Parque Tecnológico da instituição, adquirindo novos equipamentos que proporcionarão um salto gigantesco para o presente e o futuro da Defensoria Pública.

Visando proporcionar segurança e acessibilidade aos defensores, servidores, estagiários e assistidos, concluímos as novas instalações de dois prédios sedes nos municípios de Barcarena e Marituba, e reinauguramos o Núcleo Metropolitano da Defensoria em Ananindeua, ampliando a atuação da instituição por todo o estado do Pará.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente aos defensores e defensoras, servidores e servidoras, estagiários e estagiárias de nossa querida Defensoria, que executam e tornam reais os nossos projetos e sonhos. Reitero que seguiremos trabalhando em prol da igualdade, da justiça e do exercício de humanidade em favor dos vulneráveis. Avante!

A DPE realizou mais de

1 milhão

de atendimentos em 2021

A marca é fruto do esforço e trabalho de todo corpo gestor, defensores, servidores e colaboradores.



Carreta de Direitos

Inaugurada em agosto de 2021, a Carreta de Direitos é mais uma maneira que a DPE encontrou para levar serviços e atendimentos gratuitos, que visam à manutenção da cidadania e a garantia de direitos para as populações mais vulneráveis do estado. O automóvel é totalmente equipado e adaptado com 16 guichês para atendimento, sala de mediação, gerador de energia e antena de internet com qualidade para acesso em zona rural, além de uma plataforma móvel para cadeirantes, visando garantir a acessibilidade de PCDs.

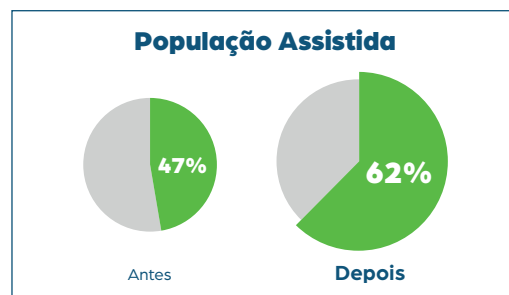
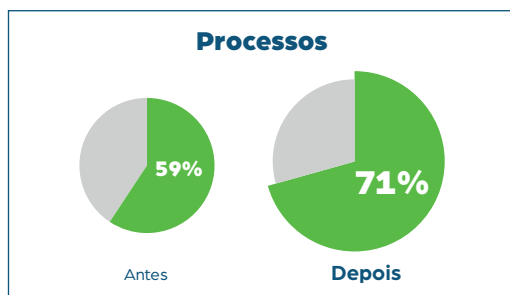
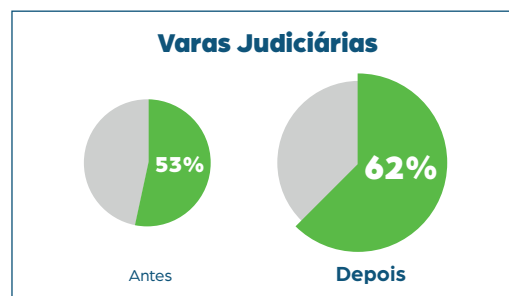
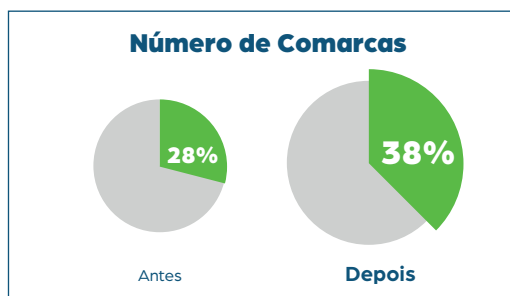
Somente de agosto a dezembro de 2021, a unidade móvel da instituição passou por sete municípios e realizou mais de 26 mil atendimentos.





Fazendo jus à principal missão institucional da Defensoria Pública do Estado do Pará, que é garantir o acesso à justiça e cidadania plena para toda a população, a DPE realizou mais de **1 milhão de atendimentos em 2021**. A marca é fruto do esforço de todo corpo gestor, defensores, servidores e colaboradores da instituição.

Em todas as regionais do estado foram ofertados atendimentos da Área Cível, Criminal, Especializada, de Família e ações de cidadania, além de atuação extrajudicial. A meta é continuar expandindo os serviços, sobretudo nas regiões mais longínquas, e aproximando cada vez mais o cidadão da justiça.



Concurso público para a carreira de defensor público



Defensor Público-Geral
João Paulo Léo e
Subdefensora Pública-Geral
Mônica Belém

O edital do V Concurso para Defensor Público da Defensoria Pública do Pará foi lançado no dia 13 de agosto. O certame, que tem como banca organizadora o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), conta com dez vagas imediatas e 90 de cadastro reserva para a carreira de defensor. Neste concurso, o sistema de cotas foi ampliado. São 20% para negros, 5% para quilombolas, 5% para indígenas e 10% para pessoas com deficiência (PCD). O prazo para nomeação será de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos.



Processo seletivo para servidores

A Defensoria Pública do Estado do Pará realizou, no dia 5 de outubro, a assinatura do termo de contrato dos selecionados no processo seletivo de nível superior da instituição. Ao todo, foram contratados nove servidores temporários de diferentes áreas que, à critério da DPE, devem atuar nos municípios de Belém e Ananindeua.

Mutirão “Meu Pai Tem Nome” realizou mais de mil atendimentos no Pará



Visando diminuir os índices da ausência paterna nos registros de nascimento no Brasil, o Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) promoveu, no dia 12 de março de 2022, em todas as Defensorias Públicas dos Estados, o mutirão nacional de atendimentos “Meu Pai Tem Nome”. No Pará, foram mais de mil atendimentos em apenas um dia de ação, o que nos levou ao 2º lugar em relação ao resto do país. A ação foi realizada na central de atendimento da DPE em Belém, e em mais 12 sedes de regionais da instituição. Entre os serviços ofertados, conciliação e mediação de conflitos.



Ação Cidadã Defensoria Fazendo a Diferença - Arena Mangueirinho

5 mil atendimentos marcam evento de recondução da equipe de gestão

A DPE realizou a Semana da Defensoria, levando cidadania e garantia de direitos na maior ação de cidadania do ano, a ação “Defensoria Fazendo a Diferença”, no Mangueirinho.

Durante o evento, o Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, assinou o decreto de recondução do defensor público-geral, João Paulo Lédo, para o próximo biênio (2022-2024). Além disso, o Governador assinou a ordem de serviço que autoriza a compra da Carreta da Cidadania, a segunda da DPE-PA.



Comissões

Comissão Folha de Pagamento Autônoma

Em 2022 foi formada a comissão para tornar a gestão da folha de pagamentos da Defensoria autônoma. Atualmente, a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) faz a gestão da folha de pagamentos da Defensoria, o que limita a instituição a uma setorial do poder executivo. A desagregação da folha do sistema do Estado proporcionará à Defensoria o controle e gestão total das informações e pagamento do seu quadro de pessoal. A meta da comissão é que a desagregação total ocorra até janeiro de 2023.

Comissão de Aposentadoria

Criada por meio da Portaria nº 192/2020-GAB/DPE, de 15/07/2020, a Comissão de Aposentadoria possui como objetivo melhorar o fluxo dos processos de aposentadoria a fim de promover maior agilidade no trâmite desses processos junto ao IGEPREV, com consequente diminuição do comprometimento orçamentário que a Defensoria possui em gastos com pessoal. Desde então, foram concluídas cerca de 20 concessões de aposentadorias, contabilizando uma economia de quase R\$400.000,00 na folha de pagamentos da instituição.

Honorários de sucumbência

Foi criada a Comissão por intermédio da Portaria nº 10/2022/GAB/DPG, de 08/02/2022, para estudar a implantação, controle e incremento das verbas de sucumbência, como importante alternativa para captação de novos recursos para a DPE.

Conselho Superior da Defensoria Pública do Pará



Em 2021, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Pará reuniu-se mais vezes em comparação aos anos anteriores. Foram 32 sessões ordinárias e 19 sessões extraordinárias.

O CSDP aprovou diversas resoluções importantes para o funcionamento da instituição, dentre elas: a Resolução CSDP N° 268 que aprovou o regulamento do V Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira de defensor público substituto da DPE/PA. A Resolução CSDP N° 260 que estabelece, no âmbito da DPE, o sistema de ações afirmativas étnico-raciais nos concursos públicos de ingresso na carreira de defensores públicos, servidores e estagiários; a Resolução CSDP N° 272 que instituiu, em caráter obrigatório e permanente, o censo étnico-racial-inclusivo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará como instrumento de promoção e monitoramento de políticas de ações afirmativas e inclusivas de pessoas com deficiência.

A Resolução CSDP N° 278 orienta a adequação das atividades da DPE e dos serviços correlatos em relação às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Promoções na carreira

Com o objetivo de valorizar o trabalho e a dedicação dos defensores que atuam diariamente em defesa dos mais vulneráveis, em 2021, a Defensoria Pública do Estado do Pará realizou a promoção de 15 defensores para a Classe Especial, 16 defensores para a Classe Especial, 10 defensores para a Classe Final e 05 defensores para a Classe Intermediária.



MODERNIZAÇÃO

Dando segmento na construção do parque tecnológico e na modernização do trabalho institucional, a DPE realizou grandes investimentos em tecnologia. Em 2021, foram adquiridos 480 Desktops, 20 Workstations, 350 Notebooks, 300 Nobreaks, 300 Scanners, 300 Tablets e 300 Kits Audiências (câmeras, headset, caixas de som), com previsão de entrega para março de 2022.

Em 2022, o novo centro de processamento de dados da Defensoria foi ativado. Conhecido por datacenter, é uma construção projetada e feita para abrigar, de modo bastante seguro, infraestrutura para o funcionamento ininterrupto de redes de servidores capazes de processar, armazenar, receber e fornecer dados de diversas naturezas.

Diretoria Metropolitana

Casamento comunitário

2020 - A Defensoria Pública do Estado promoveu, no dia 11 de dezembro de 2020, o casamento comunitário "Toda Forma de Amor" para casais heterossexuais e homossexuais, em Belém. A cerimônia aconteceu no Teatro Estação Gasômetro para 42 casais que tiveram a oportunidade de oficializar e celebrar suas uniões.



2021 - No dia 06 de dezembro de 2021, a DPE realizou mais uma edição do casamento comunitário. Neste ano, a cerimônia ocorreu no Theatro da Paz e reuniu 70 casais que realizaram o sonho de oficializar as suas uniões.

“Conexão Defensoria”

De janeiro a setembro de 2021, a Defensoria Pública do Pará realizou mais de 176 mil atendimentos por meio do “Conexão Defensoria”, um canal de agendamento online que atende os municípios da região metropolitana de Belém.

Para melhor atender a população, a gestão viabilizou a contratação de atendentes terceirizados de call center, além da reestruturação da infraestrutura que resultou na ampliação do quantitativo de atendimentos em 21,88%.

Implantação do Núcleo de Defesa da Moradia

O Núcleo de Defesa da Moradia (NUDEMOR) foi criado pela Resolução CSDP nº 252, de 03 de Novembro de 2020, e iniciou efetivamente suas atividades em outubro de 2021. Atualmente, presta assistência jurídica a 111 comunidades, envolvendo ações de regularização fundiária e defesa em conflitos fundiários urbanos.

O Núcleo tem como objetivo assegurar o direito à moradia e regularização fundiária aos grupos sociais mais vulneráveis em Belém e região metropolitana, uma das funções institucionais da Defensoria Pública do Estado do Pará e que está previsto no artigo nº 6 da Constituição Federal.

O Núcleo de Defesa da Moradia honra uma tradição de mais de 30 anos da Defensoria Pública do Estado do Pará na defesa do direito à terra. Institucionaliza, como política pública permanente da instituição, a defesa do direito à moradia e à cidade como atuação especializada.



O grande diferencial do Núcleo é, ainda, a sua atuação interinstitucional, já tendo firmado parcerias com o Ministério Público Estadual, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Laboratório da Cidade e a Comissão de Regularização Fundiária da Universidade Federal do Pará, buscando articulações com a CODEM e SEHAB.

Participou ativamente das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Município de Belém, do Conselho Gestor da APA Metropolitana de Belém e contribuiu em duas publicações – a cartilha sobre acesso à terra e moradia para refugiados e migrantes, e o Panorama dos Conflitos Fundiários Urbanos do Brasil.

Inaugurações



Marituba: Após dez anos trabalhando em sedes provisórias em Marituba, a Defensoria Pública do Pará inaugurou, no dia 26 de agosto de 2021, a nova sede. Com mais de dez salas entre gabinetes de atendimento, brinquedoteca, fraldário, acessibilidade e espaço para amamentação, o novo prédio conta com internet em alta velocidade e computadores modernos. O edifício foi reformado em dois meses, visto a grande demanda na cidade.

Ananindeua: Visando ampliar o atendimento e garantir o acesso à justiça para os mais vulneráveis, na segunda regional com maior demanda, a DPE revitalizou a sede do Núcleo Metropolitano de Ananindeua. Com a reforma, o prédio ganhou mais dois núcleos: o Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (Nugen) e o Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca). O novo espaço conta com brinquedoteca, sala para amamentação, acessibilidade para pessoas com deficiência, elevador em todos os pavimentos e guichês de autoatendimento para os assistidos que não possuem acesso à internet, e foi reinaugurado no dia 27 de janeiro de 2022.

Estudo para implementação das cumulações

A Resolução CSDP N° 283, de 16 de novembro de 2021, regulamentou o §8º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual n° 054/2006, que trata sobre a possibilidade de acumulação de defensoria pública distinta por membro da Defensoria Pública, significando um grande avanço institucional que permite aumentar a cobertura da prestação jurisdicional da DPE, mesmo sem aumentar o seu quadro funcional. Esta possibilidade administrativa, usada excepcionalmente, permite à gestão atender demandas latentes da população.

Neste sentido, nos meses de novembro e dezembro de 2021, a Diretoria Metropolitana realizou estudos para implementação de acumulações na região metropolitana de Belém requerendo à Defensoria Pública-Geral a designação de mais de 30 defensores públicos para realizar atividades por acumulação, visando melhor atender nossa população.

Processos de remoção

A movimentação na carreira por meio da remoção é de fundamental importância, pois permite à administração superior suprir a necessidade de membros nos setores e núcleos de acordo com a necessidade. Ademais, a remoção é o que impulsiona a movimentação natural da carreira de forma definitiva, e melhor atende a necessidade de organização dos núcleos metropolitanos.

Levando-se em consideração a vacância de diversas Defensorias Públicas em decorrência da aposentadoria dos membros que eram seus antigos titulares, assim como objetivando equalizar a distribuição das demandas de trabalho dos núcleos, a Diretoria Metropolitana protocolou diversos pedidos de abertura de processos de remoção junto ao CSDP.

Nomeação de assessores jurídicos

A Diretoria Metropolitana desenvolveu um grande trabalho de identificação dos núcleos com necessidades iminentes de assessores jurídicos. Em diálogo com as coordenações foi possível, inicialmente, redistribuir os assessores do quadro da instituição no início da gestão de acordo com a nova realidade imposta pela pandemia.

Todos os núcleos metropolitanos foram fortalecidos com a lotação de, no mínimo, dois assessores jurídicos para ampliar o atendimento à população. Os nomeados foram selecionados por um processo seletivo rigoroso, que contou com etapas de análise curricular e entrevistas.



Defensoria Pública de Defesa da Mulher em Ananindeua

Com a reinauguração do novo prédio da Defensoria Pública de Ananindeua, foi também designada uma defensoria pública de referência para o Núcleo de Enfrentamento à Violência Gênero, com a missão de prestar atendimento multidisciplinar para vítimas de violência doméstica, garantindo a defesa integral e o acolhimento psicossocial da vítima, tendo em vista a situação de extrema vulnerabilidade em que se encontram.

Foi marco de vitória para as mulheres residentes do município de Ananindeua, no que diz respeito à defesa e acolhimento da mulher em situação de violência.

Grupo de Trabalho de Regulamentação do Atendimento Remoto

Para garantir a assistência jurídica integral e gratuita aos assistidos, além de seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Defensoria Pública do Estado do Pará passou a atender seus assistidos de forma remota durante o período de isolamento social. Mediante ao novo conceito de trabalho híbrido ou remoto, foi criado o Grupo de Trabalho de Regulamentação do Atendimento Remoto com o objetivo de regulamentar o atendimento remoto na região metropolitana.

Visita à Defensoria Pública de São Paulo

A diretora metropolitana, Luciana Filizzola, e a coordenadora do “Conexão Defensoria”, Stella Lobato, visitaram a Defensoria Pública de São Paulo a fim de conhecer as dinâmicas e as metodologias dos atendimentos aos assistidos daquele estado. O intuito da visita foi adequar as boas práticas da DPE/SP para a Defensoria do Pará.

Curso de Integração das Equipes

O Curso de Integração das Equipes foi idealizado para treinar aspectos comportamentais das relações interpessoais no atendimento ao público com as equipes de servidores do Núcleo Metropolitano de Ananindeua e Marituba.

Na ocasião, foram abordadas questões a respeito de relacionamento interpessoal, atendimento aos assistidos, detectar os pontos positivos e negativos da equipe, desenvolvimento profissional e rotina administrativa.

Convênio CRC JUD

A Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC), acessada por meio do sistema CRC JUD, permite aos defensores públicos e demais integrantes de órgãos públicos conveniados realizar buscas de registros de nascimentos, casamentos e óbitos, solicitar certidões eletrônicas do Registro Civil diretamente nos módulos da Central de Informações do Registro Civil, além de enviar mandados eletrônicos para cumprimentos nos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, de forma gratuita.

Este convênio permite à DPE/PA alavancar sua atuação em combate ao subregistro em nosso estado, facilitando pesquisas e buscas dos nossos assistidos.

Mutirões de Conciliação



Mesmo durante as restrições impostas pela pandemia, a DPE conseguiu organizar quatro mutirões de conciliação para atendimentos de demandas do Núcleo da Família. Devido às restrições, diminuimos a quantidade de casos e aumentamos a quantidade de dias de mutirões, tudo com o objetivo de melhor atender nossa população.



Núcleo de Enfrentamento à Violência de Gênero

O Núcleo de Enfrentamento à Violência de Gênero (NUGEN) que possui atribuição para atuar na cidade de Belém, teve suas atividades ampliadas para prestar atendimento especializado e multidisciplinar às mulheres cis ou trans, independente de orientação sexual, em situação de violência de gênero, tais como violência doméstica e familiar, racial, obstétrica, institucional, em situação de rua e mulheres encarceradas.



Grupo de Reflexão



O grupo reflexivo de mulheres tem como objetivo promover a conscientização e o empoderamento das assistidas em relação aos direitos da mulher, bem como auxiliá-las a construir novos projetos de vida por meio do autoconhecimento e autocuidado.

Entre os temas abordados, estão: a relação de gênero, a violência doméstica e familiar, as consequências psicológicas da violência e estratégias de enfrentamento ao estresse, dependência afetiva, regras e influências no controle do comportamento da mulher em situação de violência.

Programa Reincidência Zero



O trabalho psicoeducativo com os homens é executado por intermédio do programa Reincidência Zero, que busca dar cumprimento adequado ao ideal preconizado na Lei Maria da Penha de modificar a mentalidade da sociedade para que atos de violência contra a mulher não sejam praticados.

Assim, a manutenção de tal programa também atua como um instrumento de proteção da integridade física e psicológica das mulheres.



O programa trabalha temáticas voltadas à construção de uma masculinidade saudável pautada na igualdade de gênero e no respeito e valorização à mulher e realiza entrevistas individuais, círculos de construção de paz, rodas de conversas, debates sobre filmes e documentários e palestras.



Centro Educativo Eles Por Elas

O Nugem instalou o “Centro Educativo Eles Por Elas” em agosto de 2021. Este é o primeiro centro da região norte voltado ao acolhimento de homens envolvidos em situação de violência de gênero, com a finalidade de construir uma masculinidade saudável e positiva.



O projeto é o primeiro, também, em conformidade com a Lei Maria da Penha, que prevê a criação de centros educativos voltados ao atendimento de homens em situação de violência de gênero ou que solicitaram a participação voluntária, com o intuito de modificar comportamentos geradores de violência. O local é composto por salas de atendimento psicossocial e audiovisual. Qualquer homem que sentir a necessidade deste acolhimento pode ir até o Centro.



“Defenda-me”



Em 19 e 20 de agosto de 2021, o Nugen realizou o lançamento do projeto “Defenda-me”, em parceria com o TRT8 e TRE, voltado à capacitação e criação de Procuradorias Municipais da mulher em todo o estado.

O projeto é direcionado às deputadas, prefeitas e vereadoras do Pará e tem o intuito de orientar as parlamentares por meio de um programa de capacitação e fortalecimento para a instalação das Procuradorias Municipais da mulher, além de promover a efetivação da Lei Maria da Penha.

O “Defenda-me” visa maior alcance de acolhimento integral e atendimento da mulher que, muitas vezes, não consegue ir em busca de qualquer forma de socorro. Ampliando esse atendimento e capacitando as tratativas nas causas que envolvam as mulheres, alcançaremos resultados cada vez mais efetivos devido à rede de apoio em todo o estado.

Cartilhas Educativas

Em 2021, a Defensoria também lançou o material educativo do núcleo, ocorrido em evento realizado no auditório da Defensoria Pública, em que foram apresentadas as seguintes cartilhas: Demandas de família, atendimento criminal, Lei Maria da Penha, violência psicológica, sinal vermelho e a defesa da pessoa acusada na prática de violência de gênero.



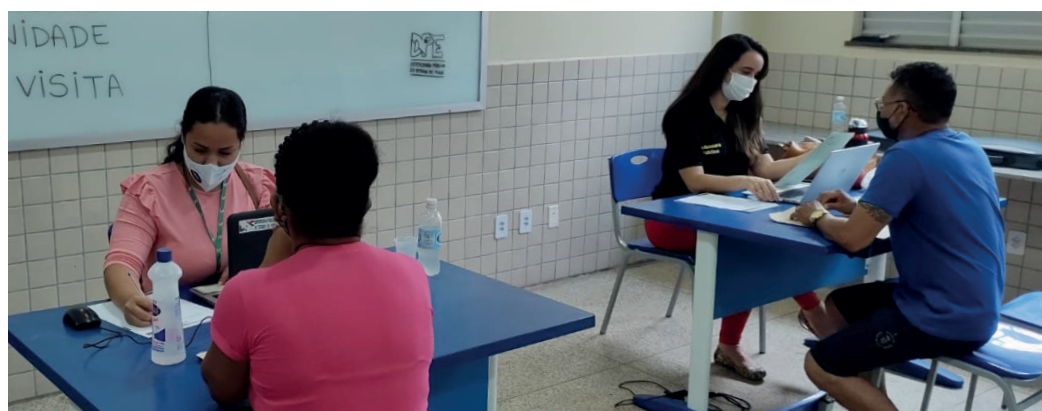
Aponte sua
câmera





Diretoria do Interior

Barcarena: Com cerca de 400 atendimentos gratuitos por meio do Balcão de Direitos, a Defensoria Pública do Pará inaugurou a nova sede da instituição em Barcarena, no dia 2 de outubro de 2021.



A nova sede da Defensoria é um marco, já que foi a primeira sede a ser inaugurada nesta gestão. O espaço mede 259 metros quadrados e foi totalmente equipado para atender o público da região. Com mais de dez salas, entre gabinetes de atendimento, banheiros com acessibilidade, garagem, varanda técnica e pontos de apoio.

Visitas institucionais nas sedes da Defensoria no interior

Com o intuito de renovar o sentimento de pertencimento e ouvir as necessidades dos defensores e servidores, durante o biênio 2020 – 2022, a diretoria da DPE realizou visita institucional às sedes da Defensoria do Pará no interior.



Cidadania no Cárcere

Mutirões criminais foram realizados durante o biênio 2020-2022, que deram início ao Projeto “Cidadania do Cárcere”, foram iniciados com intuito de promover atendimento presencial em todas as casas penais do interior, auxiliando assim os defensores públicos locais, bem como levando assistência jurídica às pessoas privadas de liberdade que possuem ordens de prisão vigentes oriundas de processos de comarcas sem Defensoria Pública instalada. Ao todo, 8 (oito) ações criminais já foram realizadas.



Canal de Atendimento da Diretoria do Interior

Além dos atendimentos presenciais, a DI realiza os atendimentos pelo Canal de Atendimento da Diretoria do Interior – CADI, instalado dentro da própria Diretoria. O suporte aos assistidos é feito remotamente, por meio de e-mail, telefone e “Whatsapp”, estando ativo todos os dias úteis.



A implementação do CADI com meios virtuais de comunicação e fácil acesso evita que os assistidos das cidades do interior se desloquem à capital para obterem informações e orientações sobre suas demandas jurídicas. Além disso, contam com equipe técnica de servidores e estagiários, sob a supervisão das Coordenações de Políticas Cíveis e de Políticas Criminais do Interior.



Núcleo de Atendimento Especializado à Criança e ao Adolescente (NAECA)

Projeto “Eu Me Importo”

A Defensoria Pública do Estado, por meio do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca) lançou no dia 03 de maio o projeto “Eu Me Importo”, no auditório da Fiepa - Albano Franco.

A iniciativa pretende atingir mais de 20 famílias extensas - aquelas onde tios e avós detêm a guarda da criança, que, na maioria dos casos, perdeu os pais ou eles vivem em situação de rua ou são dependentes de álcool e substâncias ilícitas.



Maio Laranja



A Defensoria Pública do Estado do Pará realizou, por meio do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (Naeca), ação alusiva ao “Maio Laranja”, uma campanha de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, no Distrito de Icoaraci, na sexta-feira, 06 de maio.

Durante o evento, a DPE ofertou serviços de emissão de documentos e orientação jurídica, além de uma programação cultural e palestras direcionadas às crianças.





Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH)

Defensoria lança protocolo de atuação e atendimento LGBTQIA+

Em 2021, o Núcleo de Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH), da Defensoria Pública do Estado do Pará, criou o “Protocolo de Atuação e Atendimento do Público LGBTQIA+”. O documento cumpre o estabelecido na Resolução nº 182 de 2017 do Conselho Superior da Defensoria Pública, que regulamenta o NDDH e confere atribuição ao núcleo, de compilar e remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos defensores públicos.

O regulamento tem como objetivo padronizar a forma de atuação dos órgãos de execução da Defensoria Pública relativas às demandas da população LGBTQIA+, visando a melhoria e eficiência do serviço em todo o estado do Pará.



Assistida da Defensoria na Expedição Oeste I

DPE leva garantia de direitos aos indígenas da etnia Tembé



A Caravana Caeté esteve na aldeia São Pedro, localizada próximo aos municípios de Capitão Poço e Santa Luzia do Pará, levando garantia de direitos aos indígenas da etnia Tembé. A ação foi realizada por meio do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH) e do programa Balcão de Direitos.

Foram disponibilizados aos indígenas diversos serviços, são eles: atendimento jurídico, retificação de registro indígena, inclusão do nome de etnia no registro civil, segunda via de certidão de nascimento, RG e CPF, emissão de CTPS, reconhecimento voluntário de paternidade, CAD Único, ID Jovem e carteira do idoso. A ação contou com o apoio da Funai, Polícia Civil, Secretaria de Assistência Social do Município de Capitão Poço e da deputada estadual Diana Belo.





Defensoria oferece serviços gratuitos à população idosa por meio do NDDH

Em alusão ao Dia Nacional do Idoso e Internacional da Terceira Idade, comemorado no dia 1º de outubro, o Núcleo de Direitos Humanos e Ações Estratégicas (NDDH), realizou a ação “Valorizando a Melhor Idade”, em parceria com a Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos de Belém, na Aldeia Amazônica.

A ação teve como objetivo sensibilizar instituições e a sociedade em geral para que a figura do idoso como cidadão atuante e produtivo possa ser reconhecida, assegurando igualdade, equidade e justiça social às pessoas com idade acima de 60 anos.



Defensoria Pública do Pará promove ação de cidadania junto à Missão Belém

Em setembro de 2021, o NDDH promoveu uma ação de cidadania para idosos em situação de extrema vulnerabilidade e pessoas em condição de desdrogradição (tratamento contra dependência química), e em reabilitação contra o alcoolismo, da Missão Belém, localizada em Benevides, região metropolitana de Belém.



A Missão Belém é uma organização religiosa que atua desde 2005 no acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, situação de rua e na reabilitação de dependentes químicos. A ação teve como finalidade garantir o atendimento de pessoas idosas que nunca possuíam documentos essenciais, como o registro de nascimento.





Escola Superior da Defensoria Pública

Ministros do STF participam de evento histórico da Defensoria Pública do Pará

Nos dias 20 e 21 de maio de 2021, a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (ESDPA) promoveu a semana jurídica adotando o tema “O Papel da Defensoria Pública Frente aos Desafios Jurídicos e Sociais Enfrentados Durante a Pandemia da Covid-19”, em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado no dia 19 de maio.



Diversos nomes nacionais e renomados, no âmbito jurídico, participaram das palestras nesses dois dias. Entre eles, a ministra Cármen Lúcia, que abordou sobre “A Atuação do STF e o Papel da Defensoria Pública Frente aos Desafios Jurídicos e Sociais Enfrentados Durante a Pandemia da Covid – 19”.

Durante a sua fala, a ministra disse que, apesar da carência financeira que a instituição possui, a Defensoria é essencial ao sistema de justiça. E continuou dizendo que “não se pode ter uma expressão constitucional garantidora de direitos se não dotar esta instituição dos meios necessários”.

Qualificação do Corpo Funcional em tempos de COVID-19

Considerando as medidas temporárias em virtude da decretação de calamidade pública em consequência da pandemia da COVID-19, a ESDPA procurou se adaptar rapidamente às dificuldades impostas pelo trabalho remoto e às novas plataformas de transmissão, buscando elevação dos padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela instituição e a difusão do conhecimento.

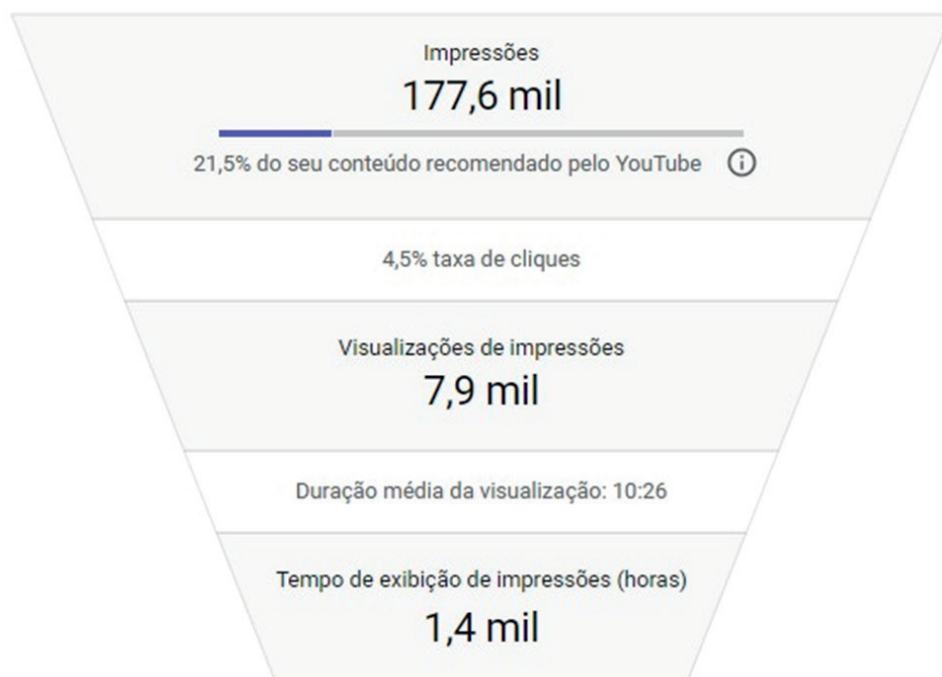
Para manter as capacitações, a ESDPA intensificou a utilização das lives, transmissões ao vivo por meio do canal da Defensoria Pública no YouTube.

ESDPA em números

No período de junho de 2020 a março 2022, a ESDPA bateu recorde de ações diretas de capacitação, treinamento e qualificação com o quantitativo de 12.614 participantes, dentre eles, defensores públicos, servidores, estagiários, colaboradores e sociedade civil. A Escola Superior concluiu o período com 1.400 horas de conteúdo científico e cultural.

Impressões e como elas influenciaram o tempo de exibição ▲

Dados disponíveis 25 de jun. de 2020 – 28 de mar. de 2022 (642 dias)



Inclusão



Em abril de 2021, a ESDPA em parceria com a SESPA, realizou de forma online, o Workshop sobre Transtorno do Espectro Autista: Direitos e Redes de Atendimento da Pessoa com TEA, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Durante o workshop, ocorreu a assinatura do Termo de Compromisso da primeira estagiária com TEA da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Curso de Formação Continuada a Carreira de Defensor Público

A Escola Superior também promoveu o Curso de Formação Continuada para Carreira de Defensor Público. Dividido em dois dias, com programação voltada à atuação dos defensores, o curso é voltado exclusivamente para defensores públicos aprovados no último concurso.

Projeto “Conhecendo o Assistido”



A ESDPA iniciou a execução do Projeto "Conhecendo o Assistido", na região metropolitana de Belém. Na ocasião, os assistidos responderam, individualmente, os formulários digitais socioeconômicos que contém perguntas básicas como nome, idade, etnia, faixa etária, renda, bem como suas principais opiniões e sobre a qualidade no atendimento institucional, com o intuito de melhorar os serviços da DPE e saber o grau de satisfação do assistido.

O objetivo do projeto é conhecer a situação atual dos assistidos coletando informações básicas e buscando saber suas especificidades e opiniões, para então elaborar ações estratégicas eficazes para a população, além de identificar as necessidades estruturais e finalísticas dos núcleos metropolitanos e regionais da instituição.

Balcão de Direitos

Levando cidadania e direitos por todo o Pará, o programa “Balcão de Direitos” ultrapassou a meta de 267 mil atendimentos em 2021. O programa, que já existe há mais de 10 anos, leva cidadania ao alcance do cidadão, resgatando a dignidade e garantindo seus direitos constitucionais. O programa oferta emissão de documentos e orientação jurídica por todo o estado do Pará.



Balcão de Direitos em Casa

O projeto “Defensoria vai à sua casa” foi lançado no dia 21 de setembro de 2021 e é voltado para pessoas acamadas que não podem se locomover até a instituição. A iniciativa visa ampliar os atendimentos da DPE e levar os serviços do Balcão de Direitos a todos aqueles que mais precisam.





Expedição Oeste I e II

Durante 20 dias do mês de setembro de 2021, uma equipe formada por mais de 90 pessoas, entre eles, servidores da Defensoria Pública, Secretaria de Saúde do Estado, Polícias Civil e Militar, Associação dos Notários e Registradores e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e quatro defensores públicos viajaram pelo Oeste do Pará para promover a maior ação de cidadania da Defensoria Pública do Pará: a Expedição Oeste. Ao todo, foram mais de 26 mil atendimentos realizados ao longo de toda a Expedição, distribuídos em 200 horas de trabalho nos municípios de Santarém, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Faro.

Em 2022, a DPE realizou a maior ação de cidadania da história da instituição, a “Expedição Oeste II: Cidadania Por Todo o Pará”. A ação do Balcão de Direitos chegou ao fim após 28 dias de intenso trabalho na garantia de direitos do povo paraense. Chegando à marca de mais de 30 mil atendimentos realizados durante toda a Expedição.





Expedição Araguaia

Com a finalidade de garantir o acesso a direitos faltosos ou inacessíveis para a população que mora distante dos centros urbanos, a DPE promoveu uma grande ação de cidadania na região sudeste do Pará: a Expedição Araguaia. Durante 23 dias, a expedição percorreu as cidades de Parauapebas, São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Cumarú do Norte e Santa Maria das Barreiras.



DPE na mídia

DPE NA MÍDIA

AGÊNCIA PARA

Governo participa da inauguração do novo prédio da Defensoria Pública do Estado



Matéria veiculada no portal Agência Pará, nesta quinta-feira, 27, sobre a inauguração da nova sede da DPE em Ananindeua.



DPE NA MÍDIA

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Anapu lidera ranking de homicídios no campo no Pará, diz relatório da Defensoria Pública do Estado

O documento faz a análise dos processos criminais de homicídios relacionados a conflitos fundiários no Pará, no período entre 2002 e 2022



O Liberal
06.04.22 15h48



DPE NA MÍDIA



O diretor do interior, defensor público David Oliveira, concede entrevista ao SBT Pará sobre os direitos das pessoas vítimas de enchentes



Defensoria Pública do Pará recebe inscrições para casamento comunitário até quinta, 30

Meta é fazer com que cerca de 100 casais tenham oportunidade de oficializar a união em cerimônia totalmente gratuita.

Por g1 Pará — Belém

29/09/2021 10h08 · Atualizado há 7 meses



Defensoria Pública do Pará realiza maior ação de cidadania da história no oeste do estado

Serão contemplados Santarém, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Faro. A expectativa é atender cerca de 5 mil pessoas por cidade.

Por G1 Santarém — PA

17/06/2021 16h24 · Atualizado há 10 meses



PARÁ

Defensoria Pública do Pará inaugura centro educativo de homens contra violência de gênero

Para a defensora Larissa Machado, a inauguração do Centro é um grande passo para a Defensoria por aplicar na íntegra o que diz a Lei Maria da Penha

Pará tem mais de 9 mil crianças registradas sem nome do pai; mutirão será feito neste sábado para reconhecimento

Serviço gratuito será das 8h às 12h em Belém e mais 12 cidades paraenses com conciliações e atividades de orientação.

Por g1 Pará — Belém

11/03/2022 18h19 · Atualizado há 2 meses





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ